

Instrumento Particular de Constituição de Sociedade Empresária Limitada CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA.

Pelo presente Instrumento Particular de Constituição de Sociedade Empresária Limitada, as partes abaixo:

- I) **COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA.**, com sede na Av. Nilo Peçanha, número 2825, 14º andar, sala 1402, na Cidade de Porto Alegre, RS, inscrita no CNPJ sob nº 20.539.925/0001-12, com o NIRE 43207858964, neste ato representado por seus Diretores, **WAGNER GIOVANINI**, brasileiro, natural de Rio das Pedras (SP), nascido em 27.01.1963, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, CI/RG n. 9.587.239 (SSP – SP), CPF/MF 090.732.418-55, residente e domiciliado em Carapicuíba (SP), na Rua Capitão Américo Duarte, 384, Bairro Palos Verdes, CEP 06345-070; e, **DIEGO SOUZA GALVÃO**, brasileiro, natural de Porto Alegre (RS), nascido em 23.11.1981, casado pelo regime de separação total de bens, advogado, CI/RG 2049331156 (SSP/RS), CPF/MF 984.702.640-87, residente e domiciliado em Porto Alegre (RS), na Rua Eudoro Berlink, 805, apto. 502, Bairro Auxiliadora, CEP 90450-030; e,
- II) **FERNANDO MAESTRELLO CALEIRO PALMA**, brasileiro, natural da cidade de Franca (SP), nascido em 20.12.1975, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, advogado, CI/RG 26.125.544-7 (SSP – SP), CPF/MF 273.994.478-02, residente e domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Prof. José Leite e Oiticica, 240, apto. 54, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04.705-080;

resolvem constituir uma sociedade empresária limitada, que será regida de acordo com as cláusulas e condições que se seguem:

CONTRATO SOCIAL DE

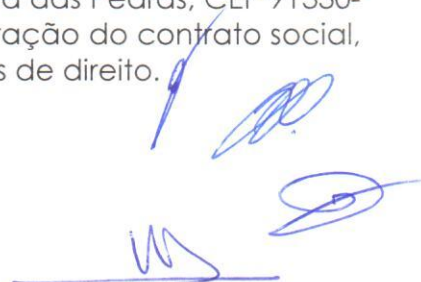
CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, FORO, FILIAIS E DURAÇÃO

Cláusula Primeira - A sociedade gira sob a denominação de **CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA.**

Cláusula Segunda - A sociedade tem sede e foro em Porto Alegre (RS), à Avenida Nilo Peçanha, 2825, 14º andar, sala 1402, bairro Chácara das Pedras, CEP 91330-001, podendo a sociedade, a qualquer tempo e mediante alteração do contrato social, abrir e fechar filiais, atribuindo-lhes capital autônomo para os fins de direito.



Cláusula Terceira - Os sócios declaram, conforme determina a lei, que o início das atividades da sociedade será o dia **15 de dezembro de 2015**, e que o prazo de duração da mesma é por tempo indeterminado.

Cláusula Quarta - Tem a sociedade o seguinte objeto social: consultoria em *compliance* para o mercado corporativo, visando a implementação de programas de integridade, bem como a realização de treinamentos presenciais da matéria.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AUMENTO

Cláusula Quinta - O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, neste ato, assim distribuído entre os sócios:

- a) **Compliance Total** subscrive e integraliza 70.000 (setenta mil) quotas de capital social totalizando de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais);
- b) **Fernando Maestrello Caleiro Palma** subscrive e integraliza 30.000 (trinta mil) quotas de capital social totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais),

§ 1º - Os sócios têm direito de preferência na subscrição dos aumentos de capital da sociedade. A reunião que deliberar o aumento do capital deverá estabelecer um período, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, para o exercício desse direito de preferência. O não exercício do direito até 30 (trinta) dias após a deliberação, importa em renúncia tácita.

§ 2º - Se o aumento de capital não for totalmente subscrito dentro do período inicial para subscrição conforme acima mencionado, os sócios que tiverem exercido integralmente o direito de preferência e pedido, no boletim ou lista de subscrição, reserva de sobras, deverão automaticamente ter um período adicional de 30 (trinta) dias para o exercício deste direito quanto às cotas não subscritas, que serão rateadas proporcionalmente à sua participação societária, não se computando para esse efeito a participação dos sócios que não exercerem o direito de preferência.

§ 3º - Em havendo concorrência de interesse, o rateio obedecerá a proporção das participações dos interessados no capital social. Eventuais cotas não integralizadas no prazo serão tratadas como sobras.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Cláusula Sexta - A sociedade será administrada pelo sócio **Fernando Maestrello Caleiro Palma**, sob a denominação de **Sócio Administrador**, e por indicação unânime dos sócios, ficam eleitos, sob a denominação de **Administrador**, os abaixo relacionados e qualificados, os quais com amplos poderes de gestão representarão a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, ficando dispensados de prestar caução e tendo sua remuneração fixada de comum acordo entre os sócios.

§ 1º - São Indicados pelos sócios para a administração da sociedade:

- **Wagner Giovanini**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade RG n. 9.587.239 SSP - SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 090.732.418-55, residente e domiciliado na cidade de Carapicuíba, Estado de São Paulo, na Rua Capitão Américo Duarte, n. 384, Palos Verdes, CEP 06345-070;
- **Saul Veras Boff**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida Bagé, 1344 – apto. 1801 – Bairro Petrópolis – CEP 90460-080 – Porto Alegre – RS, portador da Carteira de Identidade nº 4002510982 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul e inscrito no C.P.F. sob o nº 130.581.180-15;
- **Angelo Emanuel Gomes Boff**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, CI/RG 9049771448 (SSP/RS) e CPF/MF 007.345.110-00, residente e domiciliado em Porto Alegre (RS), na Avenida Bagé, 1344, apto. 1801, Bairro Petrópolis, CEP 90460-080,
- **Tomas Escosteguy Petter**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 01/04/1981 advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 63.931, portador da Carteira de Identidade SSP/RS nº 5029340618 e inscrito no CPF/MF sob o nº 990.544.930-20, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, RS, à Rua Dr. Freire Alemão, 912, apto. 903, Bairro Mon't Serrat, CEP 90450-060; e,
- **Diego Souza Galvão**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 65.378, portador da Carteira de Identidade SSP/RS nº 2049331156 e inscrito no CPF/MF sob o nº 984.702.640-87, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, RS, à Rua Eudoro Berlink, n.º 805, bairro Auxiliadora, CEP 90450-030.

Cláusula Sétima - A eleição e destituição de administradores será sempre feita pelos sócios, que deliberarão na forma prevista neste Contrato.

Cláusula Oitava - Os sócios poderão deliberar a eleição de administradores, inclusive não sócios, em ato em separado. Tal deliberação deverá ser aprovada pela unanimidade dos sócios, se enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços) do capital social, após a integralização.

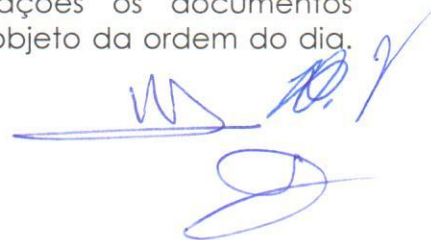
Cláusula Nona - Os administradores eleitos deverão observar todas as disposições deste contrato social, notadamente às competências deliberativas, do colegiado dos sócios, expressas neste Contrato Social.

Cláusula Dez - A representação da sociedade obedecerá ao seguinte:

- I) mediante a assinatura de **um (01) administrador**, a sociedade poderá ser representada perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades estatais, e perante qualquer foro tribunal administrativo ou judicial, podendo ainda firmar correspondências e receber citações judiciais e intimações de qualquer origem ou forma, outorgar procuração para fins judiciais inclusive sem prazo determinado;
- II) mediante a assinatura de **dois (02) administradores**, para todas as demais obrigações ou responsabilidades da sociedade, especialmente para a celebração de contratos de qualquer espécie, para dar e receber quitação, firmar compromissos, desistir e transigir em nome da sociedade, prestar fianças ou avais, ou onerar bens ou direitos do ativo permanente, a venda de bens integrantes do ativo permanente da sociedade, outorgar procuração, sempre com prazo determinado e para fins específicos, excetuado o que consta na letra "a" acima quanto as procurações judiciais; e
- III) a sociedade poderá ser ainda **representada por Procurador**, constituído na forma dos poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato, que deverá ser firmado por dois diretores, observado o disposto na alínea "b" supra.

Cláusula Onze - Os diretores reunir-se-ão na sede da sociedade ordinariamente e extraordinariamente quando houver necessidade, mediante convocação.

§ Único - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer Diretor mediante comunicação por escrito, expedida com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, na qual constará a data e ordem do dia, salvo casos de manifesta urgência, quando o prazo poderá ser reduzido para até 03 (três) dias úteis. Instruirão obrigatoriamente as convocações os documentos necessários para discussão das matérias objeto da ordem do dia.



Considerar-se-á sanada da convocação quando todos os Diretores estiverem presentes à reunião.

CAPÍTULO IV **BALANÇO PATRIMONIAL E DE APURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO**

Cláusula Doze - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, apurando-se assim o resultado do exercício. No caso de apuração de lucros os mesmos serão distribuídos conforme deliberarem os sócios, cabendo a sua distribuição antecipada no decorrer do exercício, ou o valor cabível a cada sócio será levado à conta especial para futuras deliberações.

CAPÍTULO V **REUNIÃO DE SÓCIOS**

Cláusula Treze - Os sócios necessariamente deverão se reunir para deliberação sobre os seguintes assuntos:

§ 1º - Ordinariamente:

- a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; e
- b) fixar a remuneração dos administradores.

§ 2º - Extraordinariamente:

- a) para votar alteração no contrato social;
- b) aprovar e votar o ingresso de sócios, herdeiros e/ou sucessores na sociedade;
- c) morte, retirada ou exclusão de sócio;
- d) dissolução e liquidação da sociedade;
- e) definição da periodicidade dos balanços;
- f) distribuição de resultados;
- g) eleição e destituição de administradores;
- h) criação, extinção e transferência de filiais, sucursais e escritórios;
- i) compra, venda ou oneração de bens integrantes do ativo permanente;
- j) orçamento anual dos investimentos e despesas operacionais; e
- k) planos operacionais.

Cláusula Quatorze - A **convocação** dos sócios para reuniões, observadas as normas legais aplicáveis, será feita por qualquer dos Diretores, e será por escrito, mediante protocolo pessoal, pelo sistema AR-Aviso de Recebimento dos Correios e Telégrafos e/ou por e-mail com aviso de recebimento, expedida com antecedência mínima de oito (8) dias da data da reunião.

§ Único - Todas as notificações e correspondências destinadas aos sócios serão enviadas ao último endereço indicado na qualificação do sócio, em documento que contenha sua assinatura. E serão tidas como válidas, para todos os efeitos, quando remetidas para tal endereço.

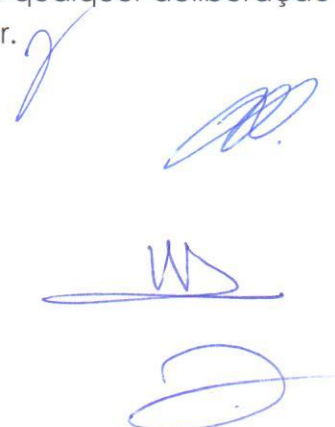
Cláusula Quinze - As reuniões de sócios se instalarão com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

§ Único - Os sócios somente poderão ser representados nas reuniões por procurador, quando justificadamente impossibilitados de estar presentes. Nesse caso, o procurador deverá ter sido constituído a menos de um ano, e que seja outro sócio ou advogado.

Cláusula Dezesseis - Nas reuniões de sócios as deliberações serão tomadas pelo voto dos sócios que representem:

- I) **unanimidade dos sócios**, enquanto o capital não estiver integralizado, para designação de administradores não sócios;
- II) **$\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social**, no mínimo, para: a) a modificação do contrato social; b) a incorporação, fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; c) a designação de administradores não sócios; d) destituição de sócio administrador nomeado no contrato social; e) fixação do modo de remuneração dos administradores; f) o pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial; e,
- III) **maioria do capital social**, no mínimo, para toda e qualquer deliberação sobre matéria que a lei não exigir quórum superior.

CAPÍTULO VI DA RESPONSABILIDADE

The block contains four handwritten signatures in blue ink. The first is a stylized 'J' or 'I' shape. The second is a more complex, cursive signature. The third is a signature that looks like 'WS' or 'WS' with a horizontal line underneath. The fourth is a large, circular signature.

Cláusula Dezessete - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CAPÍTULO VII

TRANSFERÊNCIA E ONERAÇÃO DE COTAS

SEÇÃO I

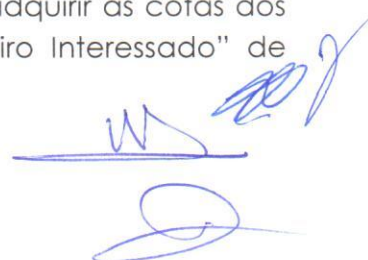
Direito de Preferência e Venda em Conjunto

Cláusula Dezoito - Caso qualquer sócio deseje alienar, a que título for, as cotas de que seja titular (o "Sócio Ofertante") a terceiro ou a outro sócio (o "Interessado Comprador"), deverá notificar os demais sócios (os "Sócios Ofertados") de sua intenção e dar-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação (a "Notificação"), para que os mesmos informem se:

- I) exercerão o direito de preferência para a aquisição das cotas, nos mesmos termos e condições oferecidos pelo "Interessado Comprador" e proporcionalmente as suas respectivas participações societárias (o "Direito de Preferência"); e/ou
- II) desejam que o "Sócio Ofertante" inclua as participações societárias dos "Sócios Ofertados" na venda para o Interessado Comprador, nos mesmos termos e condições (a "Venda em Conjunto").

Cláusula Dezenove - A notificação deverá ser enviada em envelopes lacrados em via original aos "Sócios Ofertados" e conterá o seguinte:

- I) a identidade e endereço do "Terceiro Interessado", comprovação jurídica de sua existência, evidências de sua idoneidade econômico-financeira, bem como, caso o "Terceiro Interessado" seja pessoa jurídica, explicitar a sua composição acionária e/ou societária da cadeia de controle até seu último controlador;
- II) cópia da proposta feita pelo "Terceiro Interessado", da qual deverá constar, necessariamente, a quantidade de cotas que pretende adquirir, a obrigação irrevogável e irretratável de adquirir as cotas dos "Sócios Ofertados", conter declaração do "Terceiro Interessado" de



que tem pleno conhecimento deste **ACORDO DE SÓCIOS**, bem como seu compromisso incondicional e irrevogável de que aderirá às disposições deste acordo, obrigando-se a cumpri-lo integralmente; e

- III) o preço e demais termos e condições constantes da sua oferta, que obrigatoriamente deve ser feita integralmente em moeda corrente nacional.

Cláusula Vinte - Não exercido o direito de preferência ou de venda em conjunto pelos "Sócios Ofertados", o "Sócio Ofertante" ficará automaticamente autorizado a efetivar a cessão ao interessado comprador, tendo para tanto o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do vencimento dos prazos acima indicados, após o qual a notificação perderá sua eficácia. Se não efetivada a cessão nesse prazo e o "Sócio Ofertante" persistir na intenção de alienar suas cotas, todo o procedimento referente ao exercício do direito de preferência e venda em conjunto terá que ser renovado, mesmo que o "Interessado Comprador" pretendente a adquiri-las seja o mesmo anteriormente indicado.

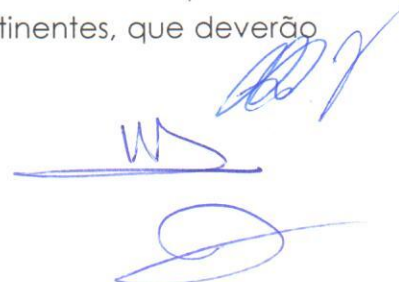
Cláusula Vinte e Um - Caso qualquer um dos sócios desejar transferir a que título for, as cotas que possuir no capital social da sociedade, para outra pessoa jurídica, da qual seja sua controlada ou controladora, poderá fazê-lo sem ficar vinculado à aplicação do Direito de Preferência ou Venda em Conjunto, contanto que a adquirente previamente e por escrito tenha aderido a este Acordo de Sócios, dele tornando-se Parte, bem como que exista anuência dos demais Sócios. Em qualquer caso, deve ficar provada a existência da relação de controle.

SEÇÃO II

Oneração de Cotas

Cláusula Vinte e Dois - Os sócios concordam que qualquer destes somente poderá constituir direito real de garantia sobre suas cotas se houver prévia anuência de sócios titulares de 100% (cem por cento) do capital social.

- § 1º - Para obter autorização prevista no supra item acima (caput) o sócio interessado em onerar suas cotas deverá enviar às demais partes os documentos ou minutas finais de contratos pertinentes, que deverão



obrigatoriamente refletir as condições do empréstimo ou financiamento.

§ 2º - Se as cotas de qualquer sócio forem penhoradas, sequestradas ou arrestadas, ficará este obrigado a substituir tais cotas por outro bem no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data de constituição do gravame. Não cumprindo tal obrigação, os demais sócios terão o direito de adquirir as cotas, proporcionalmente, às suas respectivas participações societárias, ficando o sócio que deu causa ao fato, a obrigação de vendê-las pelo valor que for apurado no Balanço Especial, que será levantado para tal fim, a ser apurado com base na data da constituição do gravame.

Cláusula Vinte e Três - Fica expressamente vedada a constituição de usufruto sobre quaisquer cotas.

SEÇÃO III

Morte, Falência, Interdição, Insolvência Civil, Ausência ou Retirada

Cláusula Vinte e Quatro – Em caso de morte, interdição, ou insolvência civil de algum sócio a sociedade continuará suas atividades, sendo o sócio falecido, interditado ou insolvente substituído pelos seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, mediante Balanço Especial a ser levantado, observado o que adiante segue.

Cláusula Vinte e Cinco - O Balanço Especial será levantado dentro do prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados, conforme o caso:

- I) da data do trânsito em julgado da sentença que declarou a falência, insolvência civil, ausência ou a interdição do sócio; e
- II) da data do trânsito em julgado da sentença prolatada nos autos da ação de Inventário e Partilha ou expedição de Título Jurídico equivalente, o que ocorrer primeiro.

Cláusula Vinte e Seis - O sócio que exercer o direito da retirada da sociedade, nos termos das normas que regem as sociedades limitadas e supletivamente as sociedades por ações, terá seus haveres calculados com base no Balanço Especial cuja data-base será a da data em que a sociedade tomou conhecimento da intenção do sócio de exercer seu direito de retirada.

- § 1º - O pagamento das cotas ou dos haveres do sócio, ou que for aplicável, será feito em 24 (vinte e quatro) prestações iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira vencerá 30 (trinta) dias após a data de elaboração do Balanço Especial.
- § 2º - A sociedade ou os sócios interessados em adquirir as cotas do sócio, insolvente e/ou interditado deverão notificar os representantes legais e/ou sucessores, o que for aplicável, de sua intenção de compra no prazo de 30 (trinta) dias, contados do fato que gerou a venda compulsória das cotas.
- § 3º - Caso os sócios não exerçam a preferência para a aquisição das cotas do sócio falecido, insolvente e/ou interditado, tais cotas deverão ser ofertadas a terceiro, tendo os demais sócios o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do término do prazo previsto na *Cláusula Vinte e Seis*, § 2º, supra, para indicar o nome do terceiro interessado na aquisição destas cotas sob pena de partilha das mesmas entre os herdeiros e/ou interessados.

SEÇÃO IV Disposições Gerais

Cláusula Vinte e Sete - O disposto neste *Capítulo VII* será também plenamente aplicável a quaisquer cotas ou partes ideais, representativas do capital da sociedade, ou atinentes ao capital da sociedade, que forem adquiridas, no futuro, por qualquer um dos sócios, seja a que título for.

Cláusula Vinte e Oito - Serão nulos de pleno direito, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial, todos os atos que vierem a serem eventualmente praticados por qualquer dos sócios tentando transferir quaisquer das cotas sem obedecer, integralmente e rigorosamente os procedimentos estabelecidos neste *Capítulo*.



Cláusula Vinte e Nove - Os sócios obrigam-se, também, a não celebrar com terceiros qualquer tipo de pré-contrato ou acordo de sócios (i.e., promessas de venda, opções de compra, etc.) envolvendo as cotas ou direitos a elas inerentes, exceto se de comum acordo.

CAPÍTULO VIII **FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO**

Cláusula Trinta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, na forma do *Capítulo VII retro*. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um sócio.

CAPÍTULO IX **EXTINÇÃO DA SOCIEDADE**

Cláusula Trinta e Um - A sociedade será extinta por deliberação e aprovação de no mínimo $\frac{3}{4}$ dos votos do capital social, tendo seus bens, haveres e obrigações avaliados na forma do *Capítulo VII*, através da elaboração de um Balanço Patrimonial a ser apurado em prazo não superior a 30 dias a contar da data oficial do encerramento das atividades, passando os bens, haveres e obrigações para a propriedade, posse ou responsabilidade de cada um dos sócios, na proporção de suas quotas sociais e pelo valor do Patrimônio Líquido da sociedade.

CAPÍTULO X **DÚVIDAS E/OU OMISSÕES CONTRATUAIS**

Cláusula Trinta e Dois - Aos casos omissos ou dúvidas serão aplicados os dispositivos legais vigentes. Fica eleita o foro da câmara arbitral da FIESP (SP), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões que tiverem origem no presente contrato, submetendo-se os sócios à legislação de mediação e arbitragem.



Cláusula Trinta e Três - Os casos omissos no presente contrato serão regulados de conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis às Sociedades Limitadas.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Cláusula Trinta e Quatro - Os administradores, **FERNANDO MAESTRELLO CALEIRO PALMA, WAGNER GIOVANINI, TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER, DIEGO SOUZA GALVÃO, SAUL VERAS BOFF e ANGELO EMANOEL GOMES BOFF** declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade ou atividades do comércio, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula Trinta e Cinco – Os sócios e os administradores ora signatários deverão respeitar o pacto de não concorrência estipulado em ACORDOS ENTRE SÓCIOS.

Cláusula Trinta e Seis - A sociedade observará os ACORDOS ENTRE SÓCIOS que forem arquivados na sede social, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora das reuniões dos sócios acatar declaração de voto de qualquer sócio signatário de acordo de sócios arquivado na sede social, quando proferida em desacordo com o que estiver ajustado no referido ACORDO.

Cláusula Trinta e Sete - É vedado à sociedade aceitar e proceder a transferência de titularidade de cotas e/ou oneração delas e/ou cessão dos direitos de preferência que não respeitar o disposto neste Contrato, ou naquilo que estiver previsto e regulado em ACORDO DE SÓCIOS.

CAPÍTULO XII

DAS CONDIÇÕES DE REFORMA



Cláusula Trinta e Oito - O presente Contrato Social será reformado mediante a aprovação de no mínimo 3/4 dos votos do capital social.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas, comprometendo-se para bem e fielmente cumpri-lo e fazê-lo cumprir por herdeiros e/ou sucessores.

Porto Alegre (RS), 15 de dezembro de 2015.



COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA.
Wagner Giovanini



Diego Souza Galvão



FERNANDO MAESTRELLO CALEIRO PALMA

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:



Wagner Giovanini
Diretor



Tomás Escosteguy Petter
Diretor



Diego Souza Galvão
Diretor



Fernando Maestrello Caleiro Palma
Diretor

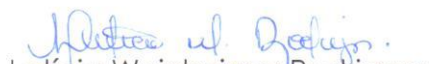


Saul Veras Boff
Diretor



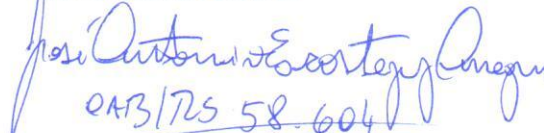
Angelo Emanuel Gomes Boff
Diretor

Testemunhas:


Letícia Weinheimer Rodrigues
CPF/MF: 613.902.590-72
CI/RG: 5043668838 (SJS/RS)


Suelen Correa Bitencourt
CPF/MF 018.533.640-02
CI/RG 8089409976 (SSP/RS)

Visto advocatício:


043/RS 58.604
58.604

